RELUCI

RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DA UNIDADE EXECUTORA DO CONTROLE INTERNO

RELATÓRIO

Emitente: UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO – UCCI.
Gestor Responsável: BRUNO HENRIQUES ARAÚJO.
Exercício: 2016.

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988 e o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/ 2000 – LRF, este órgão de Controle Interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando principalmente:

I - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

II - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, os procedimentos foram realizados por amostragem, utilizando-se técnicas de auditoria governamental aplicáveis a cada caso.

A seguir apresentamos os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso PARECER CONCLUSIVO.

1. Procedimentos de controle adotados pela unidade executora do controle interno.

1.1 Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária:				
Código	Ponto de Controle	Base Legal	Procedimento	Visto
1.1.1	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – estimativa de impacto orçamentário-financeiro.	LC 101/2000, art. 16.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento da despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO.	SIM
1.1.2	Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – afetação das metas fiscais.	LC 101/2000, art. 17, § 3º.	Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, avaliar se foram observadas as condições previstas no artigo 17, § 1º da LRF e se os efeitos financeiros decorrentes do ato praticado não afetarão as metas fiscais dos exercícios seguintes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas.	SIM
1.1.3	Déficit orçamentário – medidas de contenção.	LC 101/2000, art. 9º.	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e	SIM

			movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário.	
1.1.4	Execução de despesas – créditos orçamentários.	CRFB/88, art. 167, II.	Avaliar se houve realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.	SIM
1.1.5	Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura.	CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64.	Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.	SIM
1.1.6	Créditos adicionais – decreto executivo.	Lei nº 4.320/1964, art. 42.	Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei, foram abertos mediante edição de decreto executivo.	SIM
1.1.7	Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências.	CRFB/88, art. 167, inciso VI.	Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.	SIM
1.1.8	Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza.	CRFB/88, art. 167, inciso IX.	Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.	SIM
1.1.9	Realização de investimentos plurianuais.	CRFB/88, art. 167, § 1º.	Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.	SIM
1.1.10	Créditos extraordinários – abertura.	CRFB/88, art. 167, § 3º.	Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de	SIM

			guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.	
1.1.11	Transparência na gestão – instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais.	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF.	SIM
1.1.12	Transparência na gestão – execução orçamentária.	LC 101/2000, art. 48 e arts. 52 a 58 da LRF.	Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no art. 48-A da LRF.	SIM
1.1.13	Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal – elaboração.	LC 101/2000, arts. 52 a 55. Portaria STN nº 637/2012.	Avaliar se os demonstrativos fiscais que integram o RREO e o RGF foram elaborados em observância às normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.	SIM
1.1.14	Contribuições previdenciárias – recolhimento.	Lei 9.717/1998, art. 1º, inciso II.	Verificar se as contribuições previdenciárias (patronal e retida dos servidores) e se os parcelamentos de débitos previdenciários estão sendo recolhidas regularmente e se o registro contábil das contribuições dos servidores e do ente estatal está sendo realizado de forma individualizada.	SIM
1.1.15	Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.	LC 116/2003, art. 6º.	Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido	SIM

		Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991.	recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.	
1.1.16	Pagamento de precatórios.	CRFB/88, art. 100.	Avaliar se os pagamentos de precatórios previstos na LOA obedeceram as disposições contidas no artigo 100 da CRFB/88.	SIM
1.1.17	Pagamento de passivos – ordem cronológica das exigibilidades.	Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	SIM
1.1.18	Cancelamento de passivos.	CRFB/88, art. 37, caput. Resolução CFC nº 750/1993.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	SIM
1.1.19	Registros contábeis – normas brasileiras de contabilidade.	Resolução CFC nº 750/1993 c/c NBC-T 16.	Avaliar se os registros e as demonstrações contábeis foram realizados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.	SIM
1.1.20	Registros bens móveis e imóveis.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	SIM
1.1.21	Registro de bens permanentes.	Lei 4.320/1964, art. 94.	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e	SIM

			se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	
1.1.22	Despesa – realização sem prévio empenho.	Lei 4.320/1964, art. 60.	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	SIM
1.1.23	Despesa – liquidação.	Lei 4.320/1964, art. 63.	Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	SIM
1.1.24	Pagamento de despesas sem regular liquidação.	Lei 4.320/1964, art. 62.	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	SIM
1.1.25	Despesa – desvio de finalidade.	LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	SIM

1.1 Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária:

1.1.1 NÃO houve criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com conseqüente aumento da despesa.

1.1.2 NÃO houve criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado.

1.1.3 NÃO foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira com vistas à contenção de déficit orçamentário.

1.1.4 NÃO foram realizadas despesas ou assunção de obrigações diretas que excedessem os créditos orçamentários ou adicionais.

1.1.5 NÃO houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

1.1.6 Os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei, foram abertos mediante edição de Decreto Executivo.

1.1.7 NÃO houve a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

1.1.8 NÃO houve instituição de fundos de qualquer natureza.

1.1.9 NÃO foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem lei que autorize a inclusão.

1.1.10 NÃO houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62 da CRFB/88.

1.1.11 Foi dada divulgação por meio do Portal da Transparência (<http://camarasantateresa.es.gov.br/transparencia/default.asp>) e/ ou no Átrio da Câmara Municipal de Santa Teresa/ES, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, Prestações de Contas Mensais e Anual e RGF, Pareceres Prévios emitidos pelo Órgão de Controle Interno, dentre outros.

Em se tratando do artigo 54 e 55 da LC 101/2000, o Relatório de Gestão Fiscal, além de publicado no Portal e no Átrio do Poder Legislativo, também foi publicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo.

* No que tange ao artigo 52 e 53 da Lei de Responsabilidade Fiscal, de trazer a lume que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, a teor do § 3º, do artigo 165, da CRFB/88, é cabível ao Poder Executivo que *“publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária”*.

1.1.12 NÃO ocorre publicação em tempo real. A divulgação de informações da execução orçamentária e financeira se processa por meio do Portal da Transparência (<http://camarasantateresa.es.gov.br/transparencia/default.asp>), observadas as disposições contidas no art. 48-A da LRF, sendo publicadas conforme disponibilidade técnica funcional; outro meio de divulgação é o Átrio do Poder Legislativo Municipal. Item prejudicado no quesito “tempo real”.

1.1.13 Os demonstrativos fiscais que integram o RGF foram elaborados em observância às normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional. Por Seu turno o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO, a teor do § 3º, do artigo

165, da CRFB/88 é cabível ao Poder Executivo que “publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária”.

1.1.14 O artigo 1º, II, da Lei nº 9.717/1998, refere-se a RPPS - Regime Próprio de Previdência Social. Em se tratando do RGPS - Regime Geral de Previdência Social: os servidores da Câmara Municipal de Santa Teresa/ES são regidos por este, e as contribuições previdenciárias (patronal e segurados) estão sendo recolhidas regularmente e registradas contabilmente.

1.1.15 Foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições sociais e contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.

1.1.16 NÃO houve pagamento de precatórios no âmbito da esfera administrativa da Câmara Municipal de Santa Teresa/ES.

1.1.17 NÃO figura pagamento de passivo na Câmara Municipal de Santa Teresa/ES.

1.1.18 NÃO houve cancelamento de passivos sem ou com comprovação do fato motivador.

1.1.19 Os registros e as demonstrações contábeis foram realizados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

1.1.20 As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação e as devidas reavaliações.

1.1.21 Os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente responsável por sua guarda e administração.

1.1.22 NÃO foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.

1.1.23 Foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.

1.1.24 Não houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.

1.1.25 NÃO houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de desvio vinculados. Recursos vinculados, a teor do artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, aplica-se ao Poder Executivo.

1.2 Gestão Patrimonial:				
Código	Ponto de Controle	Base Legal	Procedimento	Visto
1.2.1	Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação.	LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	SIM
1.2.2	Registros bens móveis e imóveis.	CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	SIM
1.2.3	Cancelamento de passivos.	CRFB/88, art. 37, caput. Resolução CFC nº 750/1993.	Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.	SIM

1.2 Gestão Patrimonial.

1.2.1 As disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais, a saber: BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo (Agência 0158) e Caixa Econômica Federal (Agência 1826).

1.2.2 As demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação e as devidas reavaliações.

1.2.3 NÃO figura cancelamento de passivos com ou sem comprovação na Câmara Municipal de Santa Teresa/ES.

1.3 Limites Constitucionais e Legais:				
Código	Ponto de Controle	Base Legal	Procedimento	Visto
1.3.1	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – fixação.	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.	SIM
1.3.2	Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores – pagamento.	CRFB/88, art. 29, inciso VI.	Avaliar se os pagamentos de subsídios aos vereadores obedeceu os limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.	SIM
1.3.3	Despesas com pessoal – remuneração vereadores.	CRFB/88, art. 29, inciso VII.	Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos Vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.	SIM
1.3.4	Poder Legislativo Municipal – despesa total.	CRFB/88, art. 29-A.	Avaliar se o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5o do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.	SIM
1.3.5	Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento.	CRFB/88, art. 29-A, § 1º.	Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.	SIM
1.3.6	Despesas com pessoal	LC	Avaliar se todas as	SIM

	– abrangência.	101/2000, art. 18.	despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.	
1.3.7	Despesas com pessoal – limite.	LC 101/2000, arts. 19 e 20.	Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.	SIM
1.3.8	Despesas com pessoal – descumprimento de limites – nulidade do ato.	LC 101/2000, art. 21.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.	SIM
1.3.9	Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato – nulidade do ato.	LC 101/2000, art. 21, parágrafo único.	Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.	SIM
1.3.10	Despesas com pessoal – limite prudencial – vedações.	LC 101/2000, art. 22, parágrafo único.	Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.	SIM
1.3.11	Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências.	LC 101/2000, art. 23.	Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrência, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 foram adotadas.	SIM
1.3.12	Despesas com pessoal – expansão de despesas – existência de dotação orçamentária – autorização na LDO.	CRFB/88, art. 169, § 1º.	Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de	SIM

			estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência: I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.	
1.3.13	Despesas com pessoal – medidas de contenção.	CRFB/88, art. 169, §§ 3º e 4º.	Havendo extrapolação dos limites prudencial e máximo estabelecidos pela LRF para despesas com pessoal, avaliar se as medidas de contenção previstas no artigo 169 da CRFB/88.	SIM
1.3.14	Obrigações contraídas no último ano de mandato.	LC 101/2000, art. 42.	Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.	SIM

1.3 Limites Constitucionais e Legais:

1.3.1 A fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra, a teor da Lei Municipal nº 2.316, datada de 11 de maio de 2012, que “ESTABELECE OS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES PARA A

LEGISLATURA QUE SE INICIA EM 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. Subsídio fixado para vigorar na Legislatura 2013/ 2016.

1.3.2 Os pagamentos de subsídios aos vereadores obedeceu os limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.

1.3.3 O total da despesa com a remuneração dos Vereadores NÃO ultrapassou o montante de 5% (cinco por cento) da receita do Município.

1.3.4 O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, NÃO ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior.

1.3.5 O gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal NÃO ultrapassou 70% (setenta por cento) dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.

Duodécimo recebido em 2016: R\$ 2.541.412,44. Folha de Pagamento: R\$ 1.318.509,73. Percentual aplicado: 51,88%.

1.3.6 Todas as despesas com pessoal foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF. Ademais NÃO houve terceirização de mão de obra referente à substituição de servidores.

1.3.7 Os limites de despesas com pessoal estabelecidos nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.

1.3.8 NÃO foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.

1.3.9 NÃO foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder.

1.3.10 As despesas totais com pessoal NÃO excederam 95% do limite máximo permitido para o Poder.

1.3.11 As despesas totais com pessoal NÃO ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF.

1.3.12 Dos itens apontados, houve concessão de vantagem ou aumento de remuneração, admissão ou contratação de pessoal, tudo em observância a existência de: I – prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; e II – autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3.13 NÃO houve extrapolação dos limites prudencial e máximo estabelecidos pela LRF para despesas com pessoal.

1.3.14 O titular do Poder NÃO contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, bem como NÃO tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa.

1.4 Demais Atos de Gestão:				
Código	Ponto de Controle	Base Legal	Procedimento	Visto
1.4.1	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão.	CRFB/88, art. 37, inciso V.	Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.	SIM
1.4.2	Pessoal – função de confiança e cargos em comissão.	Legislação específica do órgão.	Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica está sendo observada.	SIM
1.4.3	Pessoal – contratação por tempo determinado.	CRFB/88, art. 37, inciso IX.	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e	SIM

			de excepcional interesse público.	
1.4.4	Pessoal – teto.	CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	SIM
1.4.5	Realização de despesas sem previsão em lei específica.	CRFB/88, art. 37, caput.	Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.	SIM
1.4.6	Segregação de funções.	CRFB/88, art. 37.	Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações.	SIM
1.4.7	Dispensa e de inexigibilidade licitação.	Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26.	Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.	SIM
1.4.8	Despesa – realização de despesas – irregularidades.	LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	SIM

1.4 Demais Atos de Gestão:

1.4.1 As funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e os cargos em comissão destinam-se às atribuições de direção, chefia, assessoramento e motorista. Figuram como Cargos Comissionados ocupados por servidores efetivos: Diretoria Geral, Assessoria Jurídica e Controladoria Geral. Os Assessores Parlamentares, o Cargo de Chefia de

Gabinete e o Motorista também figuram como Cargos Comissionados, contudo, não exercidos por servidores efetivos.

1.4.2 NÃO há legislação específica inerente a cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira.

1.4.3 NÃO constatou-se contratação por tempo determinado no Exercício Financeiro de 2016.

1.4.4 O teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.

1.4.5 NÃO houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias não autorizados por lei específica. JETONS não se aplica ao item avaliado (EC nº 50, de 2006).

1.4.6 O princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações está sendo seguido.

1.4.7 As contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24 a 26 da Lei de Licitações.

1.4.8 NÃO foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas, por parte do Poder Legislativo Municipal.

2. AUDITORIAS:

O Sistema de Controle Interno foi instituído por meio da Lei nº 2.415, de 13 de setembro de 2013, que “DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Outrossim, a Lei nº 2.345, de 10 de dezembro de 2013, “DISPÕE SOBRE A EXTRUTURAÇÃO DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TERESA-ES”.

Ambas as legislações discorrem sobre a realização de concurso público para provimento de quadro de pessoal para compor a Unidade Central de Controle Interno, conforme melhor especificado no item [3.1 - Ressalvas].

Ante ao exposto, esta Controladoria Geral realizou INSPEÇÕES, objetivando subsidiar a emissão de parecer final sobre as contas ora avaliadas, com as ressalvas [3.1] adiante elencadas.

3. PARECER CONCLUSIVO:

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Bruno Henrique Araújo, Presidente da Câmara Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, relativa ao Exercício Financeiro de 2016, com objetivo de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da do Estado e dos Municípios;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidade de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado e dos Municípios;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame representam **ADEQUADAMENTE COM RESSALVA** a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal, bem como, a prática de atos de gestão, no exercício a que se refere, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

3.1 RESSALVA:

CONSIDERANDO o artigo 12 da Resolução TC n° 227, de 25 de agosto de 2011;

CONSIDERANDO o Anexo I, item 04, da Resolução TC n° 257, de 7 de março de 2013;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 2.415, de 13 de setembro de 2013, em seu artigo 5°, inciso XIX, “in verbis”:

“Artigo 5º - São responsabilidades da Unidade Central de Controle Interno referida no artigo 7º, além daquelas dispostas no art. 74 da Constituição Federal e art. 76 da Constituição Estadual, também as seguintes:

.....
XIX – manifestar através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar as possíveis irregularidades;

CONSIDERANDO, ainda, o artigo 16 da legislação supra (Lei nº 2.415/2013, “*ipsis litteris*”:

“Art. 16 – Fica estabelecido o período de 03 (três) anos como período de transição para a realização de concurso público objetivando o provimento do quadro de pessoal da Unidade Central de Controle Interno.”; (grifei)

CONSIDERANDO o “caput” do artigo 8º da Lei Municipal nº 2.435, de 10 de dezembro de 2013, transcrevemos:

“Art. 8º - Será criado OBRIGATORIAMENTE no Quadro Permanente de Pessoal do Poder Legislativo, 01 (um) cargo de provimento efetivo de Auditor Público Interno.”; (Grifei)

CONSIDERANDO o expediente exarado por essa Controladoria Geral, sob ordem OF/CMST/CI/Nº 011/2015, datado de 17 de agosto de 2015, pronunciou-se este subscritor: *““Ex positis”, Senhor Presidente, com toda a cautela de estilo, em consonância com os ensinamentos do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e normas pertinentes, cabe ao Controlador Interno **ALERTAR VOSSA EXCELÊNCIA** quanto aos dispositivos aqui contidos, mesmo ciente da flexibilidade por parte da Administração de que o prazo legal está respaldado no artigo 8º e §§ da Lei nº 2.435/2013, contudo o Poder Legislativo não Criou o Cargo de Auditor Público Interno, nem sequer cogita em realizar concurso público para a ocupação do cargo que expira em 10.12.2016.”*

Outrossim, de trazer a lume, com a devida vênua de estilo, repisando o prazo para aplicabilidade de concurso público para o Cargo de Auditor Público Interno, consoante preceitua o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.435/2013, a Câmara Municipal de Santa Teresa/ES, tem por estabelecido que o concurso público será aplicado em um período não excedente a 03 (três) anos. Assim, de salientar que a legislação entrou em vigor no dia 13 de setembro de 2013, tendo encerrado o prazo do certame em setembro de 2016.

Por fim, esta Controladoria Geral exara o presente RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DA UNIDADE EXECUTORA DO CONTROLE INTERNO, para os fins de praxe.

É o Parecer, S.M.J.

Santa Teresa/ES, em 15 de março de 2017.

Devacir Rasseli
Controlador Geral